
CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA

X MANDATO

Acta N.º8 de 17/04/13

Aos dezassete dias do mês de Abril do ano dois mil e treze, nas Instalações da CERCIMB, na Quinta da Fonte da Prata, Freguesia de Alhos Vedros, pelas vinte e uma horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita sob a Presidência do Sr. Presidente João Manuel de Jesus Lobo e com a presença dos Srs. Vereadores António José Gonçalves Duro, Rui Manuel Marques Garcia (Vice-Presidente), Vivina Maria Semedo Nunes, Vítor Manuel Rodrigues Cabral, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Carlos Alberto Picanço dos Santos, Miguel Francisco Amoêdo Canudo e Maria João Aleixo Carvalho.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A ACTIVIDADES DESPORTIVAS 11
2. ATRIBUIÇÃO A TÍTULO PROVISÓRIO DE QUIOSQUE SITO NA RUA AUGUSTO GIL – BAIXA DA BANHEIRA 12

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção dos Múncipes:

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Ezequiel Morgadinho – Trouxe a esta reunião a questão da ponte que foi feita na Vinha das Pedras, acrescentando que foi informado que os munícipes deveriam pedir à Junta de Freguesia, para que solicitasse à REFER, que fizesse no local uma passagem pedonal, acrescentando que em tempos já houve essa dita passagem e questionando porque a tiraram, uma vez que a mesma faz falta porque a ponte que existe, para além de não ter condições, nem todas as pessoas a podem atravessar, nomeadamente as que levam carrinhos de bebés e também as que têm deficiências motoras.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

D^a Isaura Almeida – Disse fazer parte dos condomínios na Quinta da Fonte da Prata e que têm muitos problemas com os pagamentos dos mesmos, lamentando o facto de não existir julgados da paz, na Moita, a quem pudessem recorrer porque necessitam de normalizar os pagamentos em atraso, uma vez que o dinheiro do pagamento dos condomínios reverteria para a manutenção dos edifícios que desta forma continuam a degradar-se.

Sr. Rui Libório – Disse representar um grupo de moradores do Bairro João Gouveia, em Alhos Vedros, e a razão que os trás a esta reunião é que desde alguns anos que tem vindo a alertar para um problema que os afecta muito, que é o canavial, porque para além do facto de crescer para o passeio e levantar as pedras da calçada ainda existem algumas pessoas que vão a este local despejar lixos o que provoca a proliferação de bichos, solicitando à Câmara Municipal ajuda para a resolução deste problema.

Sr. Paulo Macide – Disse estar nesta reunião a representar alguma da juventude da Quinta da Fonte da Prata, na vertente do desporto, questionando porque foi retirado o ringue deste Bairro, uma vez que os jovens reuniam-se nesse mesmo local para a prática de alguns desportos, e qual a possibilidade de a Câmara Municipal, ou voltar a colocar o mesmo ringue, ou se fosse possível a construção de um pavilhão gimnodesportivo.

Chamou a atenção, da Câmara Municipal, para o jardim entre as construções novas (bairro novo) e as construções antigas (bairro velho) que se encontra degradado e em muito mau estado, perguntando para quando o seu arranjo, assim como o piso e as calçadas em redor do bairro que também estão muito degradados criando muitas dificuldades até para as pessoas mais idosas.

Alertou ainda que, no primeiro parque, há cerca de cinco ou seis meses rebentou um tubo da água e a Câmara Municipal arranjou-o mas até hoje a calçada ainda está por repor.

Sr. Carlos Botelho – Disse também ser morador do Bairro Gouveia, nomeadamente da Rua João Anes e para além de estar plenamente de acordo com o que foi dito pelo Sr. Libório quer ainda reforçar que o canavial ali existente serve também como esconderijo durante a noite para poderem controlar a vida das pessoas que ali residem e depois fazerem assaltos às casas e até já apareceram carros danificados, lembrando que há cerca de quatro anos os moradores deste bairro entregaram na Câmara, em forma de colaboração com a mesma, um esboço para o embelezamento daquele espaço e disponibilizaram-se para ajudar dentro das suas limitações e como é obvio sob orientações da Câmara Municipal, mas até hoje ainda nada foi feito.

D^a Tatiana Silva – Perguntou, na Câmara Municipal, de quem é a responsabilidade do corte das árvores na Avenida António Aleixo, porque neste local existem vários moradores com alergias e asma, e se a Câmara não as retirar elas vão ter que ser retiradas de alguma maneira.

Disse que a Câmara Municipal fez obras no seu pátio, mas que não volta a fazê-lo, porque as obras que fez foram mal feitas, exigindo que a Câmara as retifique.

Disse que as reuniões de Câmara públicas têm que ser melhor divulgadas, porque está a ser formada uma comissão de moradores na Quinta da Fonte da Prata, e só teve conhecimento desta reunião dois dias antes da sua realização logo não deu tempo para preparar o que necessitava para trazer à reunião, solicitando que lhes fosse facultada essa mesma informação com maior antecedência para que as pessoas residentes na Fonte da Prata pudessem estar presentes.

De seguida foi dada a palavra aos Srs. Vereadores para que esclarecessem os assuntos expostos.

Sr. Vereador Carlos Santos – Em resposta às questões colocadas pela D^a Tatiana Silva disse que as pessoas podem não estar de acordo com as coisas, mas na questão dos arranjos no pátio disse não ter percebido qual foi a situação, mas se foi quanto à questão da iluminação terá que se verificar se isso foi feito pela Câmara Municipal ou pela EDP.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Sobre a questão das árvores disse ser uma situação muito chata, no entanto o corte, assim como a poda das árvores, é da responsabilidade da Câmara Municipal explicando em seguida como se desenvolve o processo da poda das árvores em função dos locais em que a mesma é feita, sendo que o assunto que é exposto pela munícipe é uma questão de saúde e estas demonstram-se tecnicamente pelos responsáveis da saúde, e se existem problemas particularizados, porque no mês de Maio dá-se a polinização então tem que ser solicitado aos técnicos responsáveis do Centro de Saúde, que por sua vez informarão a Câmara Municipal, que existe um problema de saúde pública e tem que ser fundamentado, mas o que é certo é que sempre que isto é solicitado à população nunca ninguém o requereu.

Sr. Presidente – Em relação à questão da Vinha das Pedras disse que a Câmara Municipal conjuntamente com a Junta de Freguesia já mostraram a sua discordância na atuação da REFER ao fazer o encerramento da passagem e também à alternativa que foi encontrada de colocação daquela passagem desnivelada que não dá para todas as pessoas, mas apesar das insistências que têm sido feitas a resposta vem sempre negativa e infelizmente a prática é essa, no entanto a Câmara Municipal não desiste e continua a fazer chegar à REFER reclamações no sentido de encontrarem uma solução melhor que a que existe.

Quanto à questão colocada sobre os condomínios esclareceu que, na realidade os julgados de paz são um processo que facilita mais no encontro de soluções, e também é verdade que não existe no nosso Concelho, mas os julgados de paz estão debaixo da alçada do Ministério da Justiça e dependem das condições que são pedidas aos municípios para a sua instalação, logo as condições que em tempos foram colocadas ao Município da Moita não foram aceites e não se conseguiu chegar a um acordo nesta matéria, no entanto pensa que isso não resolveria o problema dos condomínios e das pessoas não se respeitarem umas às outras, porque num condomínio todos os condóminos têm responsabilidades e devem-nas cumprir, tratando-se pois de uma questão cívica.

Sobre o canal do Bairro Gouveia disse que o vereador responsável por esse pelouro irá marcar uma reunião com os munícipes residentes no local para que se possa aferir o que se poderá ser feito em termos de intervenção no canal, mas como é óbvio a Câmara não consegue evitar a falta de civismo de quem, à noite vai colocar os lixos no local.

Sobre as questões levantadas pelo Sr. Paulo Macide informou que a Câmara Municipal fez um comunicado em Dezembro sendo que o mesmo tinha três partes, a primeira sobre o Parque Urbano, a segunda sobre a Escola e uma terceira sobre o campo desportivo. Quanto ao Parque Urbano a Câmara contava que a obra iniciasse mais ou menos em Janeiro/Fevereiro mas devido à grande afluência de empresas ao concurso não o foi possível sendo que, neste momento, já foi adjudicada e vai agora ser montado o estaleiro da obra para que se possa iniciar a mesma. Em relação à Escola a intervenção só pode ser feita no período “não lectivo” e será em 16 de Junho que irá começar a obra. Quanto aos campos de jogos, no comunicado, atrás referido, informava que se estava a desenvolver todos os esforços em relação a este assunto, ou seja, a Câmara Municipal já tem o projecto para dois campos de jogos com balneários, já houve reuniões com os donos do terreno e a Câmara já é detentora da garantia bancária para que se possa lançar o concurso, explicando, em seguida como serão e onde ficarão localizados os mesmos.

Em relação à questão das obras de iluminação nos pátios esclareceu que a obra foi feita pela EDP e mal feita, sendo que o vereador responsável vai entrar em contacto com esta firma para que se procure corrigir o que está mal.

Sobre as calçadas informou que as empresas que intervém no subsolo, como por exemplo a EDP, a PT entre outras, quando fazem as intervenções, a Câmara Municipal tenta acompanhar e fiscalizar, mas infelizmente algumas delas, que caminharam para a privatização, entregam estes trabalhos a subempreiteiros que, por vezes, o fazem menos bem.

Sobre as árvores informou que na parte da Quinta da Fonte da Prata “nova”, existe um processo relativo a este assunto em que a Câmara irá fazer uma intervenção uma vez que existem árvores que já morreram e o sistema de rega também está danificado, mas também se está a tentar resolver, apesar de ser um processo mais moroso.

Sobre o tubo da água que rebentou disse que se iria aferir o que se passou, para se poder resolver.

Em relação à constituição de uma Comissão de Moradores da Quinta da Fonte da Prata disse ser boa opção que se esteja a formar, e lembrou que em tempos já houve uma, sendo que é importante que os mo-

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

radadores se organizem e a constituam porque é mais fácil estas comissões recolherem e transmitirem os problemas à Câmara do que virem, um a um, expô-los, até porque existe um vereador com a responsabilidade de reunir, mensalmente, com as comissões de moradores.

Quanto à comunicação das reuniões públicas aos munícipes, diz a experiência que, se a reunião é comunicada com muita antecedência os munícipes acabam por esquecer, portanto se for dois ou três dias antes ficará com certeza “mais vivo” nas memórias.

Em seguida o Sr. Presidente deu novamente a palavra aos munícipes:

D^a Francisca Paiva – Veio a esta reunião informar que chove dentro da Escola Primária, e salientou o facto de chover também dentro do ginásio onde as crianças fazem a sua ginástica, solicitando à Câmara Municipal se durante o Verão podem fazer obras de reparação na dita escola para que no Inverno as crianças não estejam novamente nestas péssimas condições.

Perguntou ainda de quem é a responsabilidade das paragens de autocarro, uma vez que meteram uma cobertura há alguns anos mas voou com o vento e até agora não colocaram mais nada, ficando as pessoas muito desprotegidas.

D^a Elvira Silva – Sobre a publicidade da reunião pública disse que a mesma foi colocada apenas em dois cafés, que por sua vez não a publicitaram convenientemente, pensando que o aviso deveria ser colado no vidro do café e não em cima de uma mesa, ou até mesmo colocado nas paragens dos autocarros.

D^a Nair Leitão – Disse querer falar na questão das árvores esclarecendo que a sua pretensão não é que as mesmas sejam cortadas mas sim podadas, porque desta forma já não provocam tantas alergias. Perguntou para quando a Câmara tem agendado fazer a desbaratização neste local.

Sr. Tavares da Silva – Lamentou, descrevendo uma situação que lhe aconteceu, o facto de ter deixado de existir o Hospital de Alhos Vedros, que era também maternidade, onde nasceram tantas crianças, acrescentando que o entristece que a maioria da população jovem residente no Concelho foi nascer noutras localidades deixando pois de serem naturais do Concelho.

Questionou, se na Câmara já se pensou em fazer-se um roteiro das actividades, ou um Museu dos costumes e usos da zona ribeirinha e caramela, evocando a gastronomia e a doçaria, entre outros.

Chamou a atenção para o facto de os construtores quando vão fazer obras, especialmente na parte antiga da vila, ocupam o passeio, esquecendo-se que os peões têm que passar, dando como exemplo a construção que está a ser feita no Largo Conde Ferreira.

Disse que na rotunda junto ao “Cordas”, na Baixa da Banheira, fizeram o corte das ervas mas deixaram no meio vários montes de terra, perguntando se não podem proceder à limpeza para que fique com melhor aspecto.

Alertou para a questão dos campos de ténis e futebol de 5 localizados junto ao Matão estarem dotados ao abandono e impraticáveis, uma vez que se encontram sem rede e num avançado estado de degradação, perguntando o que se pensa fazer em relação a este mesmo assunto.

Sr. Luís Tomás – Questionou sobre a limpeza das papeleiras que se encontram na Quinta da Fonte da Prata, nomeadamente a do pátio S. Francisco, que passam muito tempo sem serem despejadas provocando uma grande acumulação de lixo.

Disse que a Quinta da Fonte da Prata tem já muita população, sendo que uma parte dela é idosa, perguntando se não haveria possibilidade de haver, no bairro, uma farmácia uma vez que sempre que os moradores precisam têm que se deslocar ou à Moita ou a Alhos Vedros.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

De seguida foi dada a palavra aos Srs. Vereadores.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que a questão da passagem desnivelada de Alhos Vedros já foi colocada duas ou três vezes em reuniões de Câmara e já foi alvo de várias intervenções, pensando que aquela situação é um atentado contra a dignidade das pessoas, não só pelo facto de ser uma desnivelada cheia de escadas, mas também porque as pessoas fazem buracos na rede para atravessarem a linha do comboio que já provocaram acidentes, pensando ser estes motivos mais que suficientes para a REFER não continuar “a fazer de conta”, e deixar as coisas continuarem assim, pensando que a Câmara Municipal deverá tomar uma posição de força com a REFER para a resolução definitiva do problema.

Falou, também do estado deplorável em que ficou a Quinta da Fonte da Prata quando a anterior gestão abandonou o local, nomeadamente os espaços desportivos ficaram a degradar-se, os brinquedos dos equipamentos foram partidos e as árvores assim como a relva secaram, acrescentando que em boa-hora a Câmara Municipal assumiu a gestão do espaço público para que se possa dar outro ar ao local.

Expressou a sua opinião em relação ao corte e poda das árvores, dizendo que é contra o corte, mas existem alguns locais urbanos onde certas árvores não podem estar por causa do efeito nocivo para a saúde, havendo outros sítios para as colocar como por exemplo os jardins.

Em relação ao canavial disse também conhecer a situação, sendo que este está situado numa zona muito húmida, nomeadamente junto a uma vala provocando o crescimento rápido das canas, logo necessita de mais intervenções, durante o ano, até porque é muito denso.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Esclareceu que, em relação às canas, existe um grande problema no Concelho, não é só no Bairro Gouveia, uma vez que estas fazem três produções por ano, explicando em seguida que a Câmara Municipal tem uma máquina e como é feita a programação do corte das canas no Concelho, inclusive com as avarias que de vez em quando acontecem com essa mesma máquina. Mais acrescentou que a fiscalização também anda atenta às faltas de civismo de algumas pessoas, uma vez que muitos fazem destes locais vazadouros de lixos e restos de materiais das obras.

Sobre a rotunda “do Cordas”, disse que de facto as ervas foram cortadas e ficaram no local aqueles montes porque fazem falta, ou seja os mesmos não foram espalhados porque está-se em negociações com uma empresa para que esta possa fazer o embelezamento da rotunda, nomeadamente com a colocação do monumento ao emigrante que se encontrava no Parque José Afonso e que passará para esta rotunda.

Em relação à escola da Quinta da Fonte da Prata informou que a obra irá começar no dia 17 de Junho, uma vez que está em fase de adjudicação, e com esta intervenção todos os problemas irão ficar resolvidos. Informou, ainda, que a obra do espaço urbano prevê-se que tenha uma duração de quatro meses, quanto à da Escola vai decorrer no período das férias, ou seja de Junho a Setembro.

Sr. Vereador Carlos Santos – Explicou à munícipe a questão da poda das árvores, esclarecendo que fazer ou não a poda dar-se-á sempre a polinização.

Relativamente à desbaratização disse que a Câmara Municipal a faz no tempo certo, mais acrescentou que são feitas intervenções isoladas e que acontecem muito rapidamente, ou seja, os munícipes telefonam, localizam e a Câmara Municipal intervém nesse mesmo local, porque se tiver que ser uma intervenção maior então será feita por uma empresa especializada, do exterior.

Sr. Vereador Vítor Cabral – Relembrou que há trinta e nove anos, quando aconteceu o 25 de Abril, faltava muita coisa aos munícipes, nomeadamente limpeza, transportes, água e luz, e muitos destes problemas foram resolvidos pelas comissões de moradores, portanto a voz activa das populações e dos moradores organizados conseguiram reclamar, serem ouvidos e resolverem muitas das situações, portanto aprez-lhe muito ouvir que existe movimento e as pessoas estão interessadas em reactivar ou mesmo começar com o movimento das comissões de moradores.

Lamentou ouvir, o que já não ouvia há algum tempo, que foi as reclamações das pessoas sobre a limpeza, transportes, chuva dentro da escola e os campos de jogos perguntando como é que a juventude pode ter uma actividade saudável se não lhe são dados meios para que possam promover essa actividade.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Sobre as árvores disse não perceber porque é que se planta ou se continua a manter árvores que dão problemas à população, nomeadamente com uma polinização intensa e criam resinas que sujam os carros, perguntando se não se pode plantar outro tipo de árvores que embeleze mais e produza o mesmo efeito no dia-a-dia.

Sobre a comunicação com os municípios, disse que já várias vezes se falou e se chamou a atenção para esta situação, ou seja a comunicação com os municípios é deficiente porque as folhinhas que se colocam nos cafés não chega para convocar as pessoas para estas reuniões, logo pensa que estas situações poderão e deverão ser melhoradas.

Sr. Vereador António Duro – Disse que as reuniões descentralizadas são bem feitas, e são a prova de vale a pena ouvir as pessoas e os autarcas devem estar com a população, apesar de quase tudo já ter sido dito e apesar de nas várias situações a culpa ser sempre de outras entidades ou empresas, o que quer transmitir às pessoas é que vejam, meditem e se muitas das coisas que foram aqui faladas, e que algumas são repetidas, não se resolverem este ano que vai haver eleições, podem ter a certeza que nos próximos quatro anos não vão ter nada, até porque as autarquias também estão a passar por dificuldades e privações que o Governo central tem feito em relação ao Poder Local e se as coisas já eram difíceis antes estão cada vez mais difíceis, no entanto apela à Câmara Municipal para que olhe para aquilo que é essencial em desfavor daquilo que é acessório e efectivamente ninguém percebe porque é que as viaturas da Câmara Municipal, por exemplo, andam sempre de um lado para o outro, não se percebe este tipo de planeamento.

Acrescentou ainda que se os municípios não lutarem, não fizerem ouvir a sua voz e não se organizarem em comissões de moradores não vão, realmente, conseguir.

Disse também que iria falar sobre o Conselho Municipal da Juventude, que tem sido eternamente adiado e até faz parte da Lei, pensando que se poderia aproveitar uma Lei para que os jovens fizessem parte de um órgão consultivo, e que se possam otimizar os espaços e os recursos em presença da juventude, que nesta altura passa por gravíssimas dificuldades uma vez que são os principais atingidos pelo desemprego e poder-se-ia encontrar soluções para que se mantenham ocupados, para que possam progredir e para que possam conviver em sã e leal camaradagem, pensando ser pois importante que se faça um esforço.

Sr. Presidente – Disse que ainda bem que estão todos de acordo em que as populações se devem organizar e participar, constatando que mesmo com o “mau sistema de divulgação” das reuniões, esta tem uma sala cheia de municípios, lembrando que a informação das reuniões também se encontra disponível na página da internet da Câmara Municipal, assim como este meio também pode ser utilizado para expor os problemas via mail, e também existe a linha verde que tem a mesma finalidade.

Sobre todas as questões que foram colocadas acerca de situações que estão mal feitas na Quinta da Fonte da Prata (nova) reforçou e explicou o porquê, acrescentando em seguida como se irá desenvolver todo o processo de Recuperação do Parque Urbano da Quinta da Fonte da Prata.

Acrescentou ainda que para além do atrás descrito a Câmara Municipal tem muito que fazer, como por exemplo, as rotundas estão quase todas arranjadas, mas isso só se conseguiu fazendo acordos com as empresas que se encontravam perto das mesmas, porque a Câmara não tem condições financeiras para o fazer.

Disse ainda que alguns dos problemas aqui colocados são de âmbito nacional, como por exemplo o caso da farmácia na Quinta da Fonte da Prata, a Santa Casa da Misericórdia apresentou um projecto para uma farmácia social, em instalações da Santa Casa, mas o sistema de gestão das farmácias não o permitiu, e cada vez está pior porque existem farmácias que estão à beira de fechar, e a Câmara também não pode assumir o transporte de pessoas para se deslocarem à farmácia.

Sobre a questão dos nascimentos no Concelho disse que é verdade que não nasce ninguém no Concelho há muito tempo, mas isso é por culpa dos serviços que vão sendo retirados sucessivamente às pessoas pelo Governo, enumerando os diversos serviços hospitalares que já foram encerrados.

Em relação ao Largo Conde Ferreira disse que ainda bem que existe um edificio que está a ser reconstruído uma vez que já é tão difícil, hoje em dia, ver-se situações destas, sendo que também é verdade que o passeio está bloqueado mas existe passeio no outro lado da estrada.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Sobre os campos de ténis disse haver uma intervenção programada, de manutenção e melhoramento, não só para os que se localizam junto ao Matão mas também nos outros que existem no Concelho.

Sobre as paragens dos autocarros disse ser responsabilidade da Câmara Municipal, apesar das que existiam terem sido vandalizadas, mas é um problema, uma vez que nesta situação foi colocada uma empresa, no projecto, e esta não tem respondido perante a Câmara, mas tem-se tentado resolver o assunto e vai-se pressionar para que seja resolvido o mais rápido possível.

Em seguida o Sr. Presidente deu início ao período anterior à ordem do dia.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Vice-Presidente apresentou para conhecimento:

- A relação dos actos praticados no uso da delegação e subdelegação de competências, no período compreendido entre 01 e 12 de Abril em curso;
- O Presidente da Assembleia Municipal enviou para conhecimento a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal que se realizará no dia 19 de Abril;
- O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português envia para conhecimento pergunta dirigida ao Ministério da Economia e Emprego sobre o encerramento da Estação dos CTT da Baixa da Serra;
- A posição actual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria, da Câmara.

Foram submetidas a votação as atas n.ºs 4 e 5 de 20 de Fevereiro e 06 de Março do corrente ano, respectivamente, tendo ambas sido aprovadas por unanimidade.

O Sr. Vice-Presidente apresentou uma Saudação ao “39º aniversário do 25 de Abril de 1974”, que abaixo se transcreve, a qual foi aprovada por unanimidade.

SAUDAÇÃO

“Comemora-se este ano o 39º aniversário do 25 de Abril de 1974.

Momento luminoso da História de Portugal, a Revolução de Abril desencadeou no nosso país um processo de desenvolvimento social sem precedentes. Instaurou uma ampla democracia política; promoveu transformações económicas que lançaram as bases para um desenvolvimento independente e sustentado, operou profundas transformações sociais que proporcionaram aos trabalhadores e ao povo português condições de vida dignas e a esperança de um futuro melhor, assente no progresso e na justiça social.

A Revolução Portuguesa teve ainda um importante impacto internacional. O fim da Guerra Colonial e a independência das ex-colónias puseram fim ao último império colonial europeu e, a par da afirmação de uma voz progressista e independente no contexto internacional, restaurou o respeito por Portugal da parte das nações amigas da Paz e guiadas pela defesa da soberania dos Estados.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Contudo, muitas das esperanças que brotaram de Abril foram sendo frustradas pelos caminhos de retrocesso social, de subdesenvolvimento económico e de perda da soberania nacional a que o país tem sido conduzido em resultado das opções da governação.

Hoje, vive-se uma realidade de empobrecimento do povo trabalhador, vive-se uma realidade de subordinação aos ditames estrangeiros.

Hoje, vive-se uma vergonhosa submissão de Portugal a interesses antipatrióticos, sofre-se a extorsão da riqueza produzida pelos portugueses em favor da banca e do capital internacional.

Hoje, 39 anos depois de Abril, Portugal foi reconduzido a uma condição de pobreza e de submissão demasiado próxima daquela a que estava sujeito antes de 1974.

Quase quatro décadas depois de Abril, o povo português precisa de novo de se mobilizar para retomar o futuro nas suas mãos e reconduzir Portugal aos rumos do desenvolvimento, da emancipação, e da justiça social que a Revolução de Abril e os seus valores apontaram.

A Câmara Municipal da Moita apela à população do Concelho que participe massivamente nas comemorações do 25 de Abril e nas comemorações do 1º de Maio.”

Pelo Sr. Presidente foi apresentada uma “Tomada de Posição sobre o encerramento do Posto dos CTT na Baixa da Banheira”, que abaixo se transcreve, a qual, após alguns ajustes, foi aprovada por unanimidade.

TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE ENCERRAMENTO DO POSTO DOS CTT NA BAIXA DA BANHEIRA

“A Câmara Municipal da Moita repudia a intenção da administração dos CTT – Correios de Portugal, S.A., de proceder ao encerramento da estação dos CTT da Baixa da Serra, na freguesia da Baixa da Banheira, decisão que não tem em linha de conta o serviço público prestado à população.

No conjunto das 200 estações que constam da “lista negra” para serem encerradas, e após reunião com a direcção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, foi reforçada a convicção de que esta estação reúne todas as condições para continuar em funcionamento, assegurando todos os serviços prestados até aqui, e alguns, no âmbito da sua área de ação, apenas prestados nesta estação.

Esta intenção de encerramento da estação dos CTT da Baixa da Serra representa mais um ataque à população, na estratégia de descredibilização e privação dos serviços públicos, que visa a redução de custos e encargos com o encerramento de estações e o despedimento de trabalhadores, num caminho que leva à privatização de serviços, e que tem sido a política seguida por sucessivos governos que têm alienado importantes setores económicos. A privatização dos CTT – Correios de Portugal, S.A., é uma das medidas que fazia parte do PEC 4 reprovado na Assembleia da República, no entanto, o actual governo prosseguiu a mesma estratégia, que integra as orientações incluídas no memorando de entendimento assinado com a troika.

Ao lado das populações e, sempre, na defesa do Serviço Público, contra a sua privatização e privação, a Câmara Municipal da Moita declara a sua firme oposição a esta decisão, contrária aos princípios de um Estado de Direito Democrático, exige a manutenção da estação da Baixa da Serra, manifesta a sua total solidariedade com os trabalhadores dos CTT e a toda a população das freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, e transmitirá à Administração dos CTT – Correios de Portugal a sua posição.”

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Após a leitura da Tomada de Posição foi dada a palavra aos Srs. Vereadores:

Sr. Vereador António Duro – Disse que esta Tomada de Posição vai atrás e vai falar na privatização, falando também no PEC 4, pensando que nem tudo tem que ficar eternamente no serviço público, nem tudo é mal feito, ou seja, este encerramento é mal feito mas se calhar se estes serviços fossem feitos de uma outra maneira não havia a necessidade de o encerrar, disse ser contra algumas privatizações, nomeadamente as que se referem aos bens essenciais, como por exemplo a água e a electricidade, mas não considera ser os CTT's um bem essencial e que haja um grande problema por serem privatizados, insistindo que o que disse nada tem a ver com o encerramento desta estação, porque isso acha mal, mas acrescentou que também existem muitas zonas no Concelho que também não estão servidas por estações dos CTT's e esses serviços muitas das vezes são feitos pelas Juntas de Freguesia, entendendo que quem fez esta proposta e quis ir buscar o que se passou atrás, como o PEC 4 e o Governo do PS, não quis com certeza que a aprovação deste documento fosse unanime e tivesse a votação concertada de todos, sendo que existe um direito para quem faz isto mas também existe um direito de quem está aqui, que é o não votar favoravelmente, acrescentando que se vai abster por pensar que esta Tomada de Posição é sectária, porque em vez de vincar o que está em causa, quer atingir, talvez porque estamos bem próximo de eleições, outros, e vem na linha do que recentemente ouviu no lançamento de uma candidatura em que foi dito “ai vem mais sectarismo” numa altura em que a esquerda tendo as suas diferenças e importantes, era importante unir onde é possível, para proteger as populações mais desfavorecidas.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Sobre este assunto, disse que da parte do Bloco de Esquerda, que aqui representa, estão atentos a estas políticas que vem sendo aplicadas, nestes últimos tempos, e que são um atentado contra a vida das pessoas porque está-se a assistir à destruição do País, mas em primeiro lugar das vidas de cada um, dando vários exemplos e referindo os desempregados, os que já não têm casa nem dinheiro para comer, pensando que se deve tomar posições independentemente das questões partidárias. Mais acrescentou que as privatizações trazem estes problemas, ou seja a propósito de uma remodelação e de uma eficácia dos serviços colocam os funcionários “na rua”, portanto tem que se ter muita atenção com as privatizações e para além disso pensa que os CTT's devem ser públicos e ao serviço das populações, acrescentando pois que está contra a sua privatização.

Sr. Vereador Vítor Cabral – Disse que há uns meses atrás, no Concelho enveredou-se por um processo contra a junção das freguesias, que o Governo avançou, mesmo estando todos os partidos, exceptuando o PSD, “contra este ir” contra as pessoas e foi um processo que deu gosto estar e participar. Acrescentando que este assunto do encerramento do posto dos CTT's é demasiado importante para que se entre na questão de palavras ou de princípios, porque é um facto que as privatizações não trouxeram, ao longo dos anos, nada de bom nem para o País nem para os consumidores, que são os munícipes, dando como exemplo o caso da saúde em que se privatizou uma série de serviços públicos mas depois ao lado aparecem os hospitais e serviços privados.

Agradeceu ainda o facto de se ter trazido esta Tomada de Posição à reunião, pensando que se deveria chegar a um consenso pois se esta reunir a unanimidade terá muito mais força.

De seguida o Sr. Vice-Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no período antes da ordem do dia.

Sr. Vereador António Duro – Disse querer voltar ao tema da Juventude, que há muitos meses se vem arrastando em discussões entre o executivo, com algumas justificações que inicialmente eram compreensíveis, mas agora já não o são, e que tem a ver com os Conselhos Municipais da Juventude, acrescentando que, como lhe foi dito que havia muitas câmaras que não o praticavam, na ultima semana consultou o Google sobre esta tema e apareceu uma lista infindável de câmaras municipais que tem os seus Conselhos Municipais de Juventude, relatando alguns exemplos das informações que recolheu e

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

acrescentando que estes órgãos são consultivos, não têm nada de deliberativos e têm importância quando se fala do povo e das pessoas, sendo esta uma forma que foi colocada em lei e quanto a si é positiva, uma vez que é uma forma de organização da juventude em diversos níveis, concluindo que não percebe porque é que existem determinados locais onde os Conselhos de Juventude são bons e outros são maus, acrescentando que por parte da Câmara Municipal da Moita não lhe parece uma atitude correcta a não criação deste Conselho e gostaria antes de terminar este mandato e este assunto ficasse organizado e o Conselho da Juventude fosse instalado dando assim, também, cumprimento a uma Lei, uma vez que pensa que esta não está a ser cumprida, goste-se ou não.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Falou sobre o Palacete da Quinta da Fonte da Prata e lembrou que como se sabe o mesmo está num grande estado de degradação, e no ano transacto foi alvo de um assalto, sendo que a partir dessa data trouxe a reunião uma petição intitulada “Vamos salvar o Palacete da Fonte da Prata”, documento esse que foi subscrito por várias pessoas, que foram posteriormente recebidas pelo Sr. Presidente da Câmara, uma vez que aquele espaço é propriedade da Câmara Municipal, e qualquer coisa que se pense fazer terá que ser a Câmara a conduzir os destinos do mesmo, explicando em seguida o conteúdo do mesmo documento assim como quais os destinos possíveis a dar aquele mesmo edifício para que se conseguisse o seu aproveitamento e conseqüentemente a sua preservação.

Sr^a Vereadora Vivina Nunes – Disse querer colocar algumas questões e dar alguns esclarecimentos, embora já o tenha feito em varias reuniões, sobre os Conselhos Municipais de Juventude e sobre aquilo que se considera que deveriam ser e não o são, lembrando que todas as associações e grupos de jovens são importantes, no Concelho da Moita, independentemente de serem grupos formais ou não, pois não são só os que se encontram inscritos no RNAJ, que devem ser ouvidos. Explicando, em seguida e pormenorizadamente o que a Lei prevê, o que são e quais as razões porque a Câmara Municipal da Moita ainda não tem um Conselho Municipal da Juventude.

Sr. Presidente – Reforçou o atrás dito pela Sr^a Vereadora, acrescentando que se o Conselho Municipal da Juventude, no nosso Município, fosse constituído em consonância com o que a Lei prevê, teria a seguinte composição: os representantes indicados pelos partidos com assento na Assembleia Municipal, os representantes das Juntas de Freguesia e a Associação de Escuteiros, que é a única registada no RNAJ, sendo que o projecto, e o que se pretende, é que até ao fim do mandato seja criado este Fórum, onde de facto tenham participação todos os jovens, independentemente da legislação.

Sr. Vereador Vítor Cabral – Sobre o Conselho Municipal da Juventude disse que a questão não é haver o Conselho de uma forma ou de outra, o importante é que haja, porque se toda a discussão que tem havido levar à constituição de um Fórum da Juventude no Concelho da Moita, então está bem, reforçando, no entanto, que tem é que haver, dando exemplos de outras câmaras municipais que tem Conselho Municipal de Jovens e que com certeza devem estar de acordo com a Lei.

Sr. Vereador António Duro – Comentou a intervenção da Vereadora Vivina Nunes dizendo que esta persiste numa grande teimosia, afirmando continuamente que a Juventude tem que ser organizada como ela quer, e não de acordo com aquilo que está estipulado em Lei, acrescentando que a opinião da maioria CDU da Câmara Municipal da Moita não é igual a outras câmaras geridas pela mesma força política, dando alguns exemplos de outros municípios, lembrando, em seguida que a própria Assembleia Municipal da Moita votou maioritariamente uma recomendação à Câmara para que esta colocasse em marcha o Conselho Municipal da Juventude, fazendo em seguida um pequeno resumo de como se chegou à aprovação desta Lei e justificou porque é que é importante que a mesma seja respeitada.

Sr. Presidente – Disse que o que é importante é que se constitua um espaço para a participação dos jovens, uma vez que essa mesma Lei não o permite e aconselhou a leitura da mesma. Mais acrescentou que, para o que facto de não se instituir, de acordo com aquela regra, o Conselho Municipal de Juventude,

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

não existe penalização nenhuma para o Município, e no que se está a trabalhar é na constituição de um espaço de participação para os jovens que estará de certeza constituído até final do ano, e envolverá todos os grupos formais e informais, sendo que os grupos informais são aqueles que mais tarde se constituirão em grupos formais e que muito importantes são para o Concelho.

Sobre o palacete da Quinta da Fonte da Prata disse que já várias vezes este assunto foi falado e numa última reunião o Sr. Vice-Presidente informou que a Câmara Municipal estava à procura de parceiros, sendo que algumas das situações que foram sugeridas pelo Sr. Vereador não são viáveis uma vez que a Câmara Municipal tem tentado esgotar todas as hipóteses viáveis, dando exemplos dos vários Programas que já foram consultados para uma possível candidatura. Mais acrescentou que para o Palacete possivelmente já se encontrou parceiro, na Quinta da Fonte da Prata, que é a Fundação Rafaela Maria, que tem feito um excelente trabalho humanitário, desde 1984, mas este assunto precisa de ser trabalhado e formalizado com os restantes membros da Câmara Municipal.

Não havendo mais intervenções passou-se de seguida ao período da ordem do dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

1. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A ATIVIDADES DESPORTIVAS

“A Câmara Municipal promove anualmente o Torneio de Colectividades do Município da Moita em Atletismo - Atletismoita. Este torneio decorre ao longo de toda a época desportiva e é organizado em conjunto com os Clubes do concelho que se dedicam a este desporto.

Cada um dos clubes é responsável pela organização de uma das provas que decorre na sua área de influência.

A Câmara Municipal tem o compromisso de apoiar cada prova com um subsídio de 600 € (seiscentos euros).

Nesse sentido proponho:

. Centro de Atletismo da Baixa da Banheira (13.04.2013)

XIV Milha Ribeirinha da Baixa da Banheira – 600€ (seiscentos euros)

Este apoio financeiro tem cabimento na rubrica 252/22/07 – ATLETISMOITA – 06.02.03.05.07”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador Miguel Canudo.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

2. ATRIBUIÇÃO A TÍTULO PROVISÓRIO DE QUIOSQUE SITO NA RUA AUGUSTO GIL – BAIXA DA BANHEIRA

“Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e treze, foi rececionado requerimento apresentado pela Sr^a Maria de Lurdes Gamito Isidro, residente na Rua Padre António Vieira n°103 Arroteias, freguesia de Alhos Vedros, no qual solicitava a atribuição a título provisório do quiosque sito na Rua Augusto Gil, freguesia da Baixa da Banheira, para exercer no mesmo a actividade de venda de artigos de papelaria.

Assim, proponho:

Que seja concedida a atribuição a título provisório do referido quiosque, mediante o pagamento de 750.00 €, a título de caução, até à realização da próxima hasta pública.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respectiva acta aprovada em minuta. Eram vinte e três horas e trinta e cinco minutos. E eu, Alda Maria Fernandes Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente acta que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas, encontram-se devidamente gravadas em cassetes, ficando as mesmas a fazer parte integrante desta acta.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA
